

ATA 322

2 Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às quatorze horas, realizou-se
3 a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua sede
4 na Rua Joaquim Nabuco nº 59, sob a convocação de sua presidente Mônica Mongruel.
5 Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais**: Monica
6 Mongruel, Sandra Regina W. Cisco e Thais do Prado Dias Verillo (Fundação Municipal de
7 Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG); Leni Aparecida Viana da Rocha (Secretaria
8 Municipal de Educação). **Os conselheiros titulares não governamentais**: João Eliseu Montes
9 (Entidades de Alta Complexidade); Cristiane Aparecida Maier (Entidades de Proteção Básica)
10 e Paulo Sainclair Heusi (usuários). **Os conselheiros não governamentais suplentes no**
11 **exercício da titularidade**: Marcia Fidelis (Entidades de Média Complexidade). **Os**
12 **conselheiros governamentais suplentes**: Lucília de Rocio Lopes Andrade e Tatyana Denise
13 Belo (Fundação Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG); a Secretária
14 Executiva Carla Buhner Salles Rosa e a estagiária do CMDPI Bruna Suelen de Camargo Souza.
15 Justificaram a ausência as conselheiras Regina Rosa Pedroso Roza e Reni Eidam. Estiveram
16 presentes: A. S. Priscila Pinheiro (Casa do Piá); A.S. Consuelo Szczrepa Lopes (2º URATE
17 MP/PR); Débora Lee e Beatriz de Francisco (Grupo Renascer), o coordenador da Casa do
18 Menor Irmãos Cavanis e a A.S. Ana Paula Ohata (Casa Transitória Fabiana de Jesus). A
19 reunião contou com a seguinte pauta: 1- apreciação e aprovação da pauta; 2-aprovação das
20 atas nº 319, 320 e 321; 3- informes; 4- informe do Departamento de Gestão do SUAS/FASPG
21 sobre os Editais de Chamamento/2019; 5- relato da Comissão de Acompanhamento do FMAS
22 sobre os relatórios de movimentação financeira de setembro/2019; 6- apreciação e aprovação
23 do parecer das Comissões de Monitoramento e Análise de Projetos e Acompanhamento do
24 SUAS sobre a resposta ao ofício do Ministério Público sobre o atendimento das demandas de
25 acolhimento para Jovens até 21 anos e pactuação do Programa Criança Feliz; 7-apreciação e
26 aprovação do parecer da Comissão de Documentação e Inscrição sobre a manutenção da
27 inscrição da Casa Transitória Fabiana de Jesus. A presidente Mônica Mongruel iniciou a
28 reunião às 14:20, em segunda chamada com quórum de 40%, conforme estabelece o art. 21
29 do Regimento Interno. Como primeiro assunto foi discutido a aprovação da pauta, foi
30 apresentada a solicitação de inclusão solicitada pelo Grupo Renascer. O conselheiro Paulo
31 lembrou que, segundo o Regimento Interno, em segunda convocação não pode haver
32 alterações na pauta. Desta forma, a solicitação de inscrição do serviço de Abordagem Social
33 Noturna do Grupo Renascer será encaminhada para a Comissão de Documentação e Inscrição.
34 Após a aprovação da pauta, foram colocadas em discussão as atas nº 319, 320 e 321, sendo
35 duas atas de reuniões extraordinárias ocorridas neste mês de outubro. Não havendo nenhuma
36 observação foram todas aprovadas. No item informes, a secretária Carla solicitou a inclusão na
37 próxima ata da Resolução de aprovação da emenda parlamentar para o Instituto Educacional
38 Duque de Caxias, já foi aprovada em reuniões anteriores, mas será necessário refazer a
39 Resolução. Próximo informe é sobre ofício recebido da Legião Brasileira de Assistência – LBV
40 que sinaliza a falta de demanda para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos -
41 SCFV para crianças, solicitam o plano municipal do Programa de Integração ao Mundo do
42 Trabalho e informações sobre a diminuição da demanda do SCFV. Estas informações serão
43 necessárias para justificar perante a matriz a reestruturação dos serviços oferecidos pela LBV.
44 A APACD enviou ofício informando que a nova diretora administrativa é a administradora
45 Luaiana Fernandes Schemberger desde 01/10/2019. Na última reunião foi discutido que a
46 APAE seria notificada de que as emendas parlamentares devem ser usadas exclusivamente
47 no serviço vinculado ao recurso. A APAE respondeu que ocorreu o compartilhamento do carro
48 porque somente a partir de 2017 o Centro Dia iniciou suas atividades e, na continuidade, a
49 utilização dos bens será de forma diferenciada. A conselheira Sandra iniciou os informes sobre
50 os Editais do Chamamento Público, se reportou ao número de vagas e recursos. Na Proteção
51 Básica foram incluídas 300 metas para o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos
52 para pessoas idosas com objetivo é fortalecer os CECON's já existentes. No serviço de

53 convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes foram estabelecidas
54 1100 metas, com redução de 1400 metas em relação ao último Edital, devido a absorção da
55 demanda pelas escolas em período integral, mais de 90% das escolas municipais está nesse
56 regime e para o ano que vem as escolas estaduais também vão iniciar esta modalidade. A
57 conselheira Sandra observou que não seria possível cofinanciar 2500 metas, prevê dificuldade
58 das Entidades até para cumprir as 1100 metas. Comentou que o valor da per capta para o
59 SCFV foi elevado para R\$ 280,00. Conselheiro João questionou se as metas do serviço de
60 convivência para adultos também foram diminuídas. A conselheira Sandra respondeu que sim
61 porque também não ocorreu o cumprimento total das metas. O conselheiro João argumentou
62 que as metas da Associação Melhor Viver foram todas cumpridas. A conselheira Sandra
63 comentou que a maioria das Entidades tiveram dificuldade de cumprimento de metas para o
64 público adulto também. A conselheira Tatyana comentou que o serviço de convivência para
65 adultos é voltado mais para geração de emprego e renda, então, foi decidido que a Gestão vai
66 focar nas ações de geração de emprego e renda e considerando que a demanda do serviço de
67 convivência para as pessoas idosas está aumentando ficou decidido definir parte das metas do
68 SCFV para este público. A conselheira Sandra apresentou o serviço de proteção social básica
69 no domicílio, cujas metas foram divididas em pessoa idosa e pessoa com deficiência. Na média
70 complexidade o serviço de abordagem social passou de 100 para 50 metas (R\$ 150,00 cada
71 meta), somente para o período noturno, uma vez que para o período diurno existe o serviço de
72 abordagem social realizado pela Gestão. Para o serviço de Centro Dia não houve alteração no
73 número de metas (60 metas para pessoas idosas, 420 metas para pessoas com deficiência e
74 60 metas com múltiplas deficiências), somente aumento significativo no valor, passando para
75 R\$ 458,00 e para R\$ 600,00 para pessoas com múltiplas deficiências. O novo serviço incluído
76 foi a verificação de denúncias, com 80 metas e valor de R\$ 70,00 para cada denúncia. Na alta
77 complexidade para crianças e adolescentes (acolhimento institucional) houve uma diminuição
78 do número de metas, de 110 para 85, porque em dois anos em nenhum mês chegou a 110
79 acolhimentos, o valor da meta aumentou para R\$ 2.000,00. No serviço de acolhimento para
80 adultos e famílias são 50 metas no valor de R\$ 925,00. Para Casa de Passagem também são
81 50 metas, com aumento de valor para R\$ 890,00 per capta. Para as Residências Inclusivas
82 serão 30 metas (20 femininas e 10 na modalidade mista), no valor de R\$ 3.970,00 cada meta.
83 Para pessoas com deficiência há o projeto especial (Lar Guilherme Cavina) que baixou de 23
84 para 21 metas porque só tem 21 acolhidos, mas, em compensação, houve um aumento no
85 valor do per capta para R\$ 2.400,00 para não haver perda de recurso. Para o acolhimento de
86 pessoas idosas foi aumentado 15 metas e o valor do per capta para R\$ 1.800,00. No serviço
87 de acolhimento em República para jovens até 21 anos, a proposta é para duas casas, uma
88 feminina e uma masculina, com seis pessoas em cada casa, o valor da meta é de R\$ 900,00,
89 teve um aumento significativo. Para o serviço de República para adultos em processo de saída
90 das ruas são 10 vagas masculino e 10 feminino, no valor de R\$ 600,00 cada meta. Informado
91 que o valor total dos editais ficou em R\$ 4.128.000,00 na proteção social básica, R\$
92 3.248.880,00 na média complexidade e R\$ 10.600.000,00 na alta complexidade, totalizando
93 R\$ 17.457.480,00. Ficou um saldo orçamentário no valor de R\$ 450.000,00 que será utilizado
94 em outro edital para suprir alguns serviços, totalizando os dezoito milhões do orçamento. Foi
95 indagado ao pleno se ficaram dúvidas, em não havendo, foi chamado o relato da Comissão de
96 Acompanhamento do Fundo. A secretária Carla iniciou o relato sobre as movimentações
97 financeiras do fundo referentes ao mês de setembro. Recursos Recebidos: parcela mensal do
98 Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família/ IGD/PBF, no valor de R\$
99 53.383,04. Recebido o valor de R\$ 19.500,00 do Fundo Estadual de Assistência Social
100 referente ao Piso Paranaense de Assistência Social II – Centro POP. Empenhos Emitidos:
101 Programa Acessuas Trabalho: R\$ 16.925,00 de lanches prontos. IGD/PBF, valor de R\$
102 123.186,07, sendo: R\$ 19.424,10 de manutenção veicular; R\$ 36.803,72 de combustível; R\$
103 27.079,26 de manutenção do contrato das impressoras (este valor é referente aos meses de
104 julho a dezembro); R\$ 24.201,19 de aquisição de gêneros alimentícios e R\$ 15.677,80 de
105 pagamento de cinco meses de aluguel de uma unidade de CRAS (Cará-Cará). Bloco da
106 proteção social especial: foi empenhado o valor total de R\$ 41.081,22, sendo R\$ 3.741,95 de

107 manutenção veicular (peças), R\$ 897,37 de passagens e deslocamento para equipe técnica;
108 R\$ 3.021,10 de manutenção veicular (mão de obra); R\$ 30.000,00 de aluguel de imóveis; e R\$
109 3.420,80 de lanches prontos para os usuários. No piso fixo de média complexidade foi
110 empenhado o valor de R\$ 12.308,76 para pagamento do contrato de impressoras e na fonte
111 904 - Índice de Gestão do SUAS foi empenhado o valor de R\$ 45,50 de insumos para as
112 reuniões no Núcleo de Educação Permanente do SUAS NEP/SUAS. O próximo item da pauta
113 foi a apreciação do parecer das Comissões de Monitoramento e Avaliação de Projetos e
114 Acompanhamento do SUAS. A secretária executiva Carla relatou que as Comissões discutiram
115 a resposta do ofício para o Ministério Público em relação ao atendimento das demandas de
116 acolhimento de jovens até 21 anos e como o reordenamento dos serviços de acolhimento para
117 crianças e adolescentes está disposto no Edital de Chamamento Público de 2019. O ofício
118 resposta aponta que, algumas vezes há dificuldade de compreensão, por parte das Entidades
119 Socioassistenciais, que o reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças,
120 adolescentes e jovens até 21 anos é uma mudança de paradigma da cultura de
121 institucionalização para a Garantia de Direitos, contrariando a antiga resposta às situações de
122 risco e vulnerabilidade (institucionalização) para uma nova proposta de apoio sociofamiliar e
123 inclusão nas políticas públicas, rompendo com os longos períodos de acolhimento para uma
124 medida de excepcionalidade e provisoriedade. Em âmbito municipal, o Decreto Municipal
125 13.524/2017, artigo 14 Inciso I, dispõe sobre as normas gerais e padronização dos Serviços de
126 Proteção Social Especial de Alta Complexidade executados pela rede socioassistencial, as
127 quais estão alinhadas com o reordenamento dos serviços de acolhimento para esta faixa etária.
128 Especificamente para o Edital de Chamamento de 2019, entende-se que a Entidade que
129 apresentar os seus planos em desacordo com os principais itens do reordenamento perderá
130 pontos em sua classificação, principalmente no que se refere: atendimento a faixas etárias
131 estreitas (por exemplo de 0 a 6 anos) sem possibilidade de atendimentos a grupos de irmãos;
132 atendimento exclusivo a um gênero; não atendimento a crianças e adolescentes com
133 deficiências e doenças mentais; separação de mãe adolescente e filho quando ambos
134 necessitarem de proteção e não tenha determinação judicial em contrário (o mesmo local
135 deverá estar apto para acolher bebês e adolescentes). Quanto ao atendimento das demandas
136 de acolhimento para jovens até 21 anos, o CMAS informa que este serviço será contemplado
137 com o Edital da Alta Complexidade já lançado pela FASPG, com 12 (doze) metas, sendo 06
138 (seis) metas para o público masculino e 06 (seis) metas para o público feminino, com valor
139 acima do antes praticado. Aprovado o conteúdo do ofício para envio ao Ministério Público.
140 No próximo assunto foi apresentado o parecer favorável da Comissão sobre a pactuação do
141 Programa Criança Feliz. A conselheira Tatyana (diretora do Departamento de Proteção Básica)
142 fez as considerações sobre a repactuação do município a este Programa do governo federal,
143 explicou que Ponta Grossa aderiu ao Programa Criança Feliz em 2017 e realizou a desistência
144 em 2018, o principal motivo era que não tinha condições de executar as ações definidas com o
145 pequeno valor repassado. Em 2019 a Gestão decidiu repactuar porque o valor atual é mais
146 significativo e a proposta de execução será um chamamento público para as Entidades
147 Socioassistenciais, finalizando em um termo de colaboração com uma Entidade que faça a
148 execução do Programa. Serão 1000 metas e o valor da meta é R\$ 75,00. O público prioritário
149 são crianças de 0 a 6 anos beneficiários do BPC e famílias com crianças 0 a 3 anos incluídas
150 no Cadastro Único e em situação de acolhimento. Nas ações está previsto visitas domiciliares
151 periódica às famílias. Foi levantada a questão que com este Programa a demanda dos CRAS
152 vai aumentar. Após colocado em aprovação, a pactuação foi aprovada por unanimidade,
153 considerando que o Programa Criança Feliz vai complementar o trabalho social com as famílias
154 articulando ações com a rede socioassistencial e com outras políticas públicas, conforme
155 **Resolução CMAS Nº 45/2019**. Na sequência, foi apresentado o parecer da Comissão de
156 Documentação e Inscrição de Entidades sobre a manutenção da inscrição no CMAS da Casa
157 Transitória Fabiana de Jesus. A coordenadora da Comissão, conselheira Lucília, iniciou o relato
158 informando que a Entidade apresentou a documentação em 30 de abril, conforme solicitado.
159 Como o serviço executado não estava dentro dos parâmetros definidos na legislação e a
160 Comissão, após visita, análise da documentação e reunião técnica solicitou adequações no

161 serviço executado, a Casa Transitória retornou com a proposta de execução do serviço de
162 convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas. O plano de trabalho propõe
163 ações para um grupo de 30 pessoas, na segundas e quintas-feiras das 13:30 às 17:00. As
164 adequações solicitadas foram contempladas e a Comissão foi de parecer favorável a
165 manutenção da inscrição da Casa Transitória Fabiana de Jesus. Após colocado em aprovação,
166 foi aprovado por unanimidade, conforme **Resolução CMAS Nº 46/2019**. O conselheiro João
167 solicitou a palavra para explanar que os valores dispostos nos Editais de Chamamento não são
168 compatíveis com as despesas que as Entidades terão para executar os serviços propostos,
169 principalmente se for considerado nos custos as normativas legais, os recursos humanos para
170 cada serviço, as obrigações trabalhistas e outras despesas. Destacou como exemplo, o serviço
171 de abordagem social noturna, a equipe exigida, o horário, dois finais de semana de plantão que
172 demanda hora extra, adicional noturno, combustível e manutenção do veículo, o serviço se
173 torna deficitário para a Entidade Executora. Acredita que as Entidades que participarem do
174 Edital vão solicitar um número maior de metas para diluir os custos da equipe técnica e
175 obrigações trabalhistas. A conselheira Marcia Fidelis colocou as dificuldades, que vem
176 sentindo, para a sustentabilidade das Instituições, no caso da APROAUT, as dificuldades são
177 para complementação alimentar, material de higiene e limpeza, fraldas, e, para os usuários
178 severos há necessidade de mais cuidadores. O Centro Dia a partir de 2018/2019 trouxe uma
179 realidade diferente, com novas exigências, os adultos não podem ficar na mesma área dos
180 pequenos, é uma complexidade muito grande, ambos os sexos não podem compartilhar o
181 mesmo espaço. A conselheira comentou que a APROAUT está enfrentando uma grande
182 demanda oriunda da Secretaria de Educação, porque não existe outro atendimento para o
183 autista e o Centro Dia não é espaço para fazer orientações para a comunidade, não há equipe
184 disponível para este trabalho. A Gestão municipal da saúde precisa pensar em um centro de
185 diagnóstico para o autismo e todas as dificuldades de desenvolvimento infantil, por enquanto
186 esta demanda vai toda para a APROAUT. A conselheira Thais sugeriu que todas as dificuldades
187 sejam informadas oficialmente à Gestão antes do chamamento, porque no momento da
188 elaboração dos editais seria interessante ter conhecimento destas dificuldades. A conselheira
189 Márcia levantou as dificuldades em relação a elaboração do plano de trabalho para o
190 chamamento, principalmente nos recursos humanos, perguntou se será realizada alguma
191 reunião. A conselheira Sandra informou que há uma reunião agendada para montar essa
192 tabela, que será norteadora de como fazer. O conselheiro João colocou seu interesse em
193 participar das reuniões da Comissão de Chamamento, embora a Lei Nº 13.019 estabeleça que
194 esta é uma obrigação da Gestão, mas, enquanto conselheiro está se oferecendo para participar
195 das reuniões como representante das Entidades. A conselheira Lucília informou que o
196 Protocolo da Média Complexidade está sendo finalizado e vai para consulta pública, este
197 momento pode ser utilizado para os Centros Dia colocarem seus encaminhamentos. O
198 conselheiro João colocou que estas questões devem ser levadas para o espaço das
199 Conferências Municipais, relatou que ficou indignado na última Conferência de Assistência
200 Social devido a discussão da greve dos professores da UEPG, colocou que não era ambiente
201 para isso e gostaria muito de votar favorável ou não, se soubesse o salário dos professores da
202 Universidade. Outro assunto que não concordou em discutir na Conferência de Assistência
203 Social foi a reforma da Previdência Social, porque não é assistência social, outro
204 desapontamento foi sofrer um impeachment e, se tivesse recorrido a qualquer advogado, um
205 juiz expediria um mandado de segurança, foi um absurdo o que foi feito porque foi aclamado
206 para representar as Entidades na Conferência Estadual de Assistência Social e não para uma
207 conferência de previdência social, mesmo que fosse, ele foi o único que se apresentou para
208 representar as Entidades e ninguém se pronunciou contrário. A presidente Monica informou
209 que na última audiência pública ocorrida na Câmara Municipal, o presidente da APROAUT
210 estava presente e algumas coisas ficaram acordadas em relação ao atendimento do autista na
211 cidade de Ponta Grossa, acredita que ocorrerão mudanças positivas. A secretária Carla
212 apresentou a **Resolução/CMAS/Nº47/2019** de destinação do recurso de Emenda Parlamentar
213 (SICONV Nº 039512/19) para aquisição de veículo (Ônibus) no valor de R\$ 300.000,00 para o
214 Instituto Educacional Duque de Caxias/IEDC - Serviço de Convivência e Fortalecimento de



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

215 Vínculos, considerando o alinhamento dos bens solicitados com o serviço socioassistencial
216 executado. Aprovada por unanimidade. Esgotados os assuntos da pauta, a presidente Monica
217 Mongruel encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Esta ata foi transcrita pela
218 agente social Maria Aparecida da Silva e redigida pela secretária executiva Carla Bühner Salles
219 Rosa, após aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.
220